



Universidade Federal do Pampa

**Campus Santana do Livramento
Graduação em Administração
Trabalho de Curso**

AGRICULTURA FAMILIAR: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Santana do Livramento-RS

Autoria: Adelar Nunes Saucedo
Orientador: Dr^a Mygre Lopes da Silva

Resumo: Tendo em vista que em Santana do Livramento a Agricultura Familiar é responsável por ocupar 58,95% dos estabelecimentos agropecuários, ter convívio em assentamentos e possuir menor diversidade produtiva, verifica-se que a problemática, bem como as oportunidades para esse segmento, situam-se nas políticas públicas estabelecidas como potenciais soluções para o acesso a renda através do Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar. Desse modo, pesquisou-se sobre a Agricultura Familiar com o objetivo de analisar a participação dos agricultores familiares e dos gestores públicos nos programas. Especificamente a pesquisa identifica os atores responsáveis pela implementação do PAA e PNAE no município, aponta as principais dificuldades para acessar e fomentar o PAA e o PNAE, reconhece as oportunidades geradas e verifica o impacto da participação nos programas à realidade dos agricultores familiares. Quanto a metodologia o estudo possui caráter exploratório e descritivo, valendo-se de pesquisas bibliográficas, entrevistas e observação sistemática, a partir de uma abordagem qualitativa utilizando o estudo de caso. Durante os trabalhos de pesquisa, verificou-se que as condições de desenvolvimento dos programas no município são muito boas, porém, ainda há muito a ser melhorado, por parte do Estado, dos gestores e dos produtores, para que os Programas abordados alcancem o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria na renda.

Palavras-chave: Agricultura familiar. PAA. PNAE. Santana do Livramento.

FAMILY FARMING: Food Acquisition Program (PAA) and School Feeding National Program (PNA) in Santana do Livramento-RS

Abstract: Given that in Santana do Livramento the Family Farming is responsible for occupying 58,95% of the agricultural establishments, living in settlements and having less productive diversity, it turns out that the problem, as well as the opportunities for this segment, are situated in the public policies established as potential solutions for access to income through the Food Acquisition Program and the School Feeding National Program. This way, research on Family Farming was carried out in order to analyze the participation of family farmers and public managers in the programs. Specifically the research identifies the actors responsible for the implementation of the PAA and PNAE in the municipality, points

out the main difficulties in accessing and promoting the PAA and the PNAE, recognizes the opportunities generated and verifies the impact of the participation in the programs on the reality of family farmers. Regarding the methodology, the study has an exploratory and descriptive character, making use of bibliographic research, interviews and systematic observation from a qualitative approach using the case study. During the research work, it was found that the conditions for the development of the programs in the municipality are very good, however, there is still much to be improved, on the part of the state, the managers and the producers, so that the programs addressed reach the objective of promoting sustainable development of the rural segment made up of family farmers, in order to provide them with an increase in productive capacity, the generation of jobs and an improvement in income.

Keywords: Family farming. PAA. PNAE. Santana do Livramento.

AGRICULTURA FAMILIAR: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) y Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) en Santana do Livramento-RS

Resumen: Teniendo em cuenta que en Santana do Livramento la Agricultura Familiar es responsable por ocupar 58,95% de los establecimientos agropecuários, vivir em asentamientos y poseer menor diversidad productiva, se verifica que la problemática, así como las oportunidades para esse segmento, están localizadas em las políticas públicas establecidas como potenciales soluciones para el acceso a ingresos a través del Programa Nacional de Alimentación Escolar. Así, se investigó sobre la Agricultura Familiar con el objetivo de analizar la participación de los agricultores familiares y de los administradores públicos en los programas. Específicamente la investigación identifica a los actores responsables por la implementación del PAA y PNAE en el departamento, señala las principales dificultades para acceder y fomentar el PAA y el PNAE, reconoce las oportunidades generadas y verifica el impacto de la participación en los programas en la realidad de los agricultores familiares. En cuanto a la metodología el estudio tiene carácter exploratorio y descriptivo, valiéndose de investigaciones bibliográficas, entrevistas y observación sistemática, desde un enfoque cualitativo utilizando el estudio de caso. Durante los trabajos de investigación, se verificó que las condiciones de desenvolvimiento de los programas en el departamento son muy buenas, aunque, aun hay mucho a ser mejorado, por parte del Estado, de los administradores y de los productores, para que los Programas tratados alcancen el objetivo de promover el desenvolvimiento sustentable del segmento rural contituido por los agricultores familiares, de modo a proveerles el aumento de la capacidad productiva, la creación de empleos y la mejoría en los ingresos.

Palabras-clave: Agricultura familiar. PAA. PNAE. Santana do Livramento.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é a principal forma de produção de alimentos, os quais são disponibilizados para o consumo dos brasileiros. Esta é composta por pequenos produtores, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. O setor se destaca pela produção de grãos, raiz de mandioca, pecuária, cana-de-açúcar, suínos, aves, fruticulturas e hortaliças (MAPA, 2020).

A partir da década de 1990, a agricultura familiar passou a ser debatida na academia como agricultura de subsistência, de baixa renda ou camponesa. Contudo, o que a caracteriza é a gestão da propriedade compartilhada pela família, a atividade agropecuária como principal

fonte de renda, a relação particular com a terra, além do seu local de trabalho e moradia (LIMA; DE ASSIS SILVA; DE FREITAS IWATA, 2019).

Desse modo, o Brasil registrou avanços consideráveis em relação à definição e compreensão das características e do significado do grupo social denominado agricultura familiar, especialmente no que concerne ao reconhecimento da sua diversidade econômica e heterogeneidade social, com ênfase na produção associativa, colaborativa e cooperativa (SCHNEIDER; CASSOL, 2014; DIAS; DE OLIVEIRA, 2019).

Com a consolidação do processo de transição democrática os atores da sociedade civil passaram a ocupar um espaço com maior legitimidade e reconhecimento. Em contrapartida, novos desafios de uma relação mais institucionalizada, gestão conjunta das políticas públicas e a governança de suas organizações (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Neste contexto, surgiu o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), com o intuito de ser a principal política de apoio econômico e produtivo destinado à agricultura familiar. A partir dele, outras políticas públicas são derivadas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que foi reestruturado para possibilitar a compra de alimentos dos agricultores familiares (GAZOLA; SCHNEIDER, 2013).

Em 28 de junho de 1996, foi criado através do Decreto-lei nº 1.946, o PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (LIMA; DE ASSIS SILVA; DE FREITAS IWATA, 2019).

Para promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar foi criado o PAA, através do art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, sendo regulamentado pelo Decreto nº 7.775 de 04 de julho de 2012. São finalidades do PAA: o incentivo a agricultura familiar, o consumo dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, a promoção do abastecimento por meio de compras institucionais, a constituição de estoque público de alimentos produzidos pela agricultura familiar, o fortalecimento de circuitos locais e regionais, a promoção da valorização da biodiversidade e a produção orgânica, e o estímulo ao cooperativismo e o associativismo (BRASIL, 2003).

Na mesma linha de incentivo a agricultura familiar, no ano de 2009, o PNAE foi reestruturado. A principal alteração do programa se deu a partir da criação da Lei nº 11.947/2009. Esta define que do total dos recursos repassado pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento (FNDE) destinado à merenda escolar, no mínimo 30% deverá ser utilizado para adquirir alimentos produzidos pela agricultura familiar (TROIAN; BREINTENBACH, 2020).

O PAA e o PNAE são programas de garantia à segurança alimentar e nutricional, com o objetivo de assegurar que os alimentos produzidos cheguem ao mercado consumidor através dos restaurantes populares, escolas, organizações militares, entre outros, através da dispensa de licitação (QUIJADA; CAVICHIOLI; SOARES, 2020).

Porém, apesar das melhorias na distribuição de renda e outros avanços verificados no limiar do século XXI, nota-se uma desigualdade produtiva no interior do segmento, em que predomina um contingente de produtores pobres ou extremamente pobres (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018).

Desta forma, compreender as implicações das políticas governamentais para o setor através dos atores sociais envolvidos torna-se uma importante ferramenta para conhecer o produto gerado nas ações locais (DA CUNHA; DE FREITAS; SALGADO, 2019).

No Rio Grande do Sul, a agricultura familiar é responsável por ocupar 85,75% dos estabelecimentos agropecuários. Comparado a outras regiões do estado, possui menor

diversidade produtiva, interação social reduzida e convívio em assentamentos (FERREIRA et al., 2016).

Buscando fomentar a produção com sustentabilidade e geração de renda, foram criadas políticas públicas, e a alteração legal realizada em 2009, incluiu a agricultura familiar como ofertante de alimentos aos estados, distrito federal e aos municípios, porém muitos destes não conseguem cumprir o previsto em lei, entre eles Santana do Livramento. Neste município, em 2017, houve a utilização de apenas 19,49% dos recursos repassados pela União para compra direta da agricultura familiar (TROIAN; BREITENBACH, 2020).

O ambiente escolhido para análise foi o município de Santana do Livramento-RS, onde 58,95% dos estabelecimentos agropecuários são classificados como Agricultura Familiar, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, 2017, fator relevante que justifica a escolha do local de realização do presente estudo.

Neste contexto, buscou-se responder a seguinte questão: Como ocorre a participação dos agricultores familiares e quais ações desenvolvem os gestores públicos para fomentar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Santana do Livramento?

Como objetivo geral, buscou-se analisar a participação dos agricultores familiares e dos gestores públicos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Santana do Livramento. Especificamente a pesquisa busca identificar os atores responsáveis pela implementação do PAA e PNAE no município, apontar as principais dificuldades dos agricultores familiares e dos gestores públicos para acessar e fomentar o PNAE e o PAA, reconhecer as oportunidades geradas pelos programas e verifica o impacto da participação nos programas à realidade dos agricultores familiares.

Neste sentido, nos últimos cinco anos, algumas pesquisas se dedicaram a analisar como se relacionam a agricultura familiar e o mercado institucional que compra os seus alimentos: Miranda, Gomes, (2016) - Vale do Ribeira, Paraná - Dias, de Oliveira, (2019) – Rio Grande do Norte - Da Cunha, de Freitas, Salgado, (2019) - Espera Feliz, em Minas Gerais. No Rio Grande do Sul, dedicaram seus estudos a agricultura familiar e aos programas que buscam desenvolvê-la os seguintes: Cupsinski et al.(2015), Troian, Breitenbach, (2018), Ferron, et al., (2019), Carvalho, Becker, Neske (2019) e Troian et al., (2020).

Desse modo, constata-se a escassez de pesquisas que possam identificar as principais dificuldades e oportunidades da participação dos agricultores familiares nos programas PAA e PNAE no município de Santana do Livramento. Além disso, a pesquisa fundamenta-se na necessidade de promover esclarecimentos, indicar particularidades e especificidades, fomentar políticas públicas para fortalecer a agricultura familiar por meio dos programas do governo federal, PAA e PNAE, no município em análise.

O presente estudo identifica as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares e gestores do Estado, na participação e fomento destas políticas públicas, destacando oportunidades existentes no município para o fortalecimento do circuito local da agricultura familiar, considerando que as oportunidades e benefícios não se restringem apenas aos atores diretamente envolvidos, mas atingem toda a rede de relações estabelecidas da produção ao consumo.

Este artigo está estruturado em mais quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção, são discutidos os conceitos e os aspectos que compõem a Agricultura Familiar e o PRONAF, o PAA e o PNAE, respectivamente. Na terceira seção, são detalhados os principais procedimentos metodológicos, além das técnicas de coleta e análise de dados. Na quarta seção ocorre a análise e discussão dos resultados. Na quinta seção, são apresentadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, são abordados os tópicos referentes à Agricultura Familiar, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a síntese dos principais estudos sobre o tema.

2.1 Agricultura Familiar e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

A agricultura familiar está presente desde as primeiras atividades agropecuárias do Brasil Colônia. Apesar das transformações ao longo do tempo, não perdeu a sua característica principal, a produção de alimentos para a subsistência da família e venda do excedente (RAMBO; TARSITANO; LAFORGA, 2016).

Sua composição é essencialmente de pequenas propriedades, as quais, em sua maioria possuem baixa renda e utiliza-se de recursos próprios, dificultando a implantação de novas tecnologias que poderiam proporcionar incrementos de renda (DEIMLIG, 2015).

Na década de 1990, o movimento liderado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), denominado “Primeiro Grito da terra Brasil” pressionou o Estado para a concepção de um Programa para Fortalecimento da Agricultura Familiar. Assim surgiu o PRONAF em 1996 (DIAS; DE OLIVEIRA, 2019).

O objetivo geral do Programa consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares (BRASIL, 1996).

A Lei estabeleceu a padronização¹ do termo agricultor familiar a fim de direcionar o acesso as políticas públicas. Por sua vez, a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar todas as políticas públicas correlatas e permite seu enquadramento nos diferentes grupos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Para ter acesso ao crédito do PRONAF é necessário possuir a Declaração de Aptidão, que classifica os agricultores familiares de acordo com critérios de renda e modo de acesso ao programa dentro de grupos² específicos.

Em suma, através do crédito com taxas de juros e prazos especiais, o PRONAF atende as diversas atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares e demais beneficiários do programa. Existem várias modalidades de financiamento, tanto para o custeio da produção quanto para projetos de investimento e para agregação de renda à produção rural (MIRANDA; GOMES, 2016).

Na próxima seção, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), encontra-se analisado, evidenciando os principais aspectos, tais como, finalidade, oportunidades e forma de acesso.

2.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Criado pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tem como principal finalidade fomentar o acesso à alimentação, em

¹ A Lei Federal n. 11.326, julho 2006, estabelece os conceitos, princípios e instrumentos para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. São destacadas como características para o enquadramento como agricultor familiares: (i) não possuir área maior do que quatro módulos fiscais; (ii) a mão de obra utilizada nas atividades econômicas ser predominantemente familiar e (iii) o maior percentual da renda ser obtido das atividades econômicas do estabelecimento (BRASIL, 2006).

² Grupo “A”: agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); Grupo “B”: agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 23 mil; Grupo “A/C”: agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que tenham contratado a primeira operação no Grupo “A” e não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo “A/C” e Grupo “V”: agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 415 mil (MAPA, 2020).

quantidade, qualidade e regularidade aos que se encontram em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional, bem como a inclusão econômica e social (BATISTA et al., 2016).

O PAA foi inserido no marco do programa Fome Zero, como governo federal assegurando a compra dos produtos dos beneficiários produtores. Estes alimentos são destinados aos beneficiários consumidores (TROIAN, 2020). Para os agricultores, o PAA proporciona segurança quanto ao pagamento pela comercialização de seus alimentos, tranquilidade, melhora da autoestima e da qualidade de vida, servindo de estímulo para sua permanência no campo. Além disso, proporciona melhoria da alimentação de indivíduos em situação de insegurança alimentar ou em vulnerabilidade social (BATISTA; et al., 2016).

A aquisição dos alimentos é importante para a economia local, pois fomenta o desenvolvimento da agricultura familiar e incentiva a participação de mulheres no mercado. Cabe acrescentar a promoção do cultivo de alimentos orgânicos e a segurança alimentar daqueles que ainda vivem em situação de risco nutricional (DA CUNHA; DE FREITAS; SALGADO, 2019).

Cada família detentora de DAP³ física pode comercializar até R\$ 20.000,00 por ano, por órgão comprador, independente dos fornecedores participarem de outras modalidades do PAA e do PNAE. O limite para os empreendimentos da agricultura familiar, detentores de DAP jurídica, é de R\$ 6.000.000,00(seis milhões), por ano, por órgão comprador (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

O PAA é executado com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em parceria com estados e municípios (DA CUNHA; DE FREITAS; SALGADO, 2019). Além disso, é possível que os estados, municípios e órgãos federais da administração pública direta e indireta efetuem aquisições de alimentos da agricultura familiar, com seus próprios recursos financeiros, com dispensa de procedimento licitatório. As aquisições são realizadas através de chamadas públicas. Para produtos orgânicos ou agroecológicos, caso não tenha três fornecedores locais para compor a pesquisa de preço, poderá haver o acréscimo em até 30% do valor do produto em relação ao preço dos produtos convencionais (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

Cabe acrescentar que o Programa ganhou destaque em agências internacionais, servindo de exemplo a ser replicado ou exportado para outros países (BATISTA et al., 2016). Na próxima seção, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sua importância para a agricultura familiar, a forma de acesso e seus benefícios, entre outros, são apresentados.

2.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar está presente na educação brasileira a mais de 60 anos. Passou por significativas alterações estabelecidas pela Lei nº 11.947/2009, visando fomentar a segurança alimentar e o desenvolvimento local, a partir da criação e expansão do mercado institucional (PEREIRA; MACHADO; TROIAN, 2017). O Programa oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes matriculados em escolas públicas e filantrópicas, além de entidades comunitárias conveniadas com o poder público (BRASIL, 2009).

A União repassa a estados, municípios e escolas federais, recursos⁴ de caráter suplementar, mensalmente, para a cobertura de 200 dias letivos anuais, conforme o número de

³A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas (MAPA, 2021).

⁴Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino: Creches: R\$ 1,07, Pré-escola: R\$ 0,53, Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64, Ensino fundamental e médio: R\$

matriculados em cada rede de ensino (FNDE, 2020). Dos valores repassados através do PNAE no mínimo, 30% deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, a fim de favorecer o desenvolvimento local, buscando unir promoção à saúde com a sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural (PEDRAZA et al., 2018).

Dentre as principais diretrizes do PNAE, destaca-se a preferência aos alimentos orgânicos ou agroecológicos, oriundos dos mesmos municípios onde se localizam as escolas, com priorização da produção de assentamentos de reforma agrária, entre outros (DIAS; DE OLIVEIRA, 2019).

Do ponto de vista operacional, são participantes do PNAE: Governo Federal, por meio do FNDE, Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, Sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à escola, sem fins lucrativos e Conselho de Alimentação Escolar. Também apóiam o PNAE, o Tribunal de Contas da União e Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, Ministério Público Federal e as Secretarias de Saúde e de Agricultura dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (FNDE, 2020). A seção seguinte apresenta um resgate das principais pesquisas sobre agricultura familiar, especificamente sobre o PAA e PNAE.

2.4 Síntese dos principais estudos sobre agricultura familiar

Nas últimas três décadas, a agricultura familiar passou a ganhar importância e destaque, sendo valorizada tanto em nível de governo quanto pela academia, fazendo parte da agenda política como importante ferramenta para o desenvolvimento rural (TROIAN; BREITENBACH, 2020).

Referente ao PAA destaca-se que os benefícios são estendidos para além das entidades sócioassistenciais e agricultores familiares, atingindo toda a rede de relações estabelecidas da produção ao consumo (DA CUNHA; DE FREITAS; SALGADO, 2019). No mesmo sentido, o PNAE se destaca como um dos maiores programas mundiais a abranger a alimentação escolar contemplando o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional (PEDRAZA, et al., 2018).

Portanto, os avanços representados pelos programas de políticas públicas voltados à agricultura familiar são inegáveis. É possível acreditar no desenvolvimento local de forma integral e interligada, com perspectiva de união de grupos sociais com interesses distintos, em torno de um objetivo maior (DE CAMARGO; BACCARIN; DA SILVA, 2013).

O quadro 1 apresenta uma síntese com as principais pesquisas sobre a agricultura familiar, PAA e PNAE retornadas de buscas no Google Acadêmico com as palavras chaves Agricultura familiar, PAA, PNAE, Santana do Livramento.

Quadro1 – Síntese dos principais estudos sobre Agricultura Familiar

Objetivo e autores	Abordagem	Metodologia	Principais resultados
Analisar como Santana do Livramento tem usado os recursos do PNAE e elencar os entraves e desafios na aquisição dos alimentos diretamente da agricultura familiar (TROIAN et al., 2020).	Qualitativa e Quantitativa	Estudo Exploratório	A alocação dos recursos destes programas não ocorre de forma adequada. Falta contrapartida da prefeitura, tais como: infraestrutura de estradas, assistência técnica, transporte e assistência aos agricultores. ... Continua.

Continuação do Quadro 1– Síntese das principais pesquisas sobre Agricultura Familiar

Objetivo e autores	Abordagem	Metodologia	Principais resultados
Avaliar os avanços e recuos do PAA em Lajeado-RS e Santana do Livramento-RS (CARVALHO; BECKER; NESKE, 2019).	Qualitativa	Bibliográfica e Documental	A comparação evidenciou maior grau de desenvolvimento em Lajeado. Em ambas as cidades foram constatadas a satisfação dos atores envolvidos apesar de haver necessidade de evolução.
Os efeitos dos programas governamentais (PAA e PNAE) à dinâmica socioeconômica da agricultura familiar no município de Espera Feliz, em Minas Gerais (DA CUNHA; DE FREITAS; SALGADO, 2019).	Qualitativa Empírica	Estudo de caso	Os programas têm propiciado múltiplos efeitos positivos para a agricultura familiar local, imprimindo nova dinâmica social e econômica ao grupo de agricultores familiares que aderiram às compras institucionais.
Analisar a execução do PNAE no Rio Grande do Norte a partir dos resultados alcançados pelas escolas públicas estaduais entre os anos de 2011 e 2013 (DIAS; DE OLIVEIRA, 2019).	Qualitativa Quantitativa	Estudo Exploratório	O programa garantiu o emprego de valores importantes através do mercado institucional. Observou-se ainda, perda de oportunidade em relação ao montante que poderia ter sido aportado nas aquisições.
Analisar as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares assentados em Santana do Livramento/RS (FERRON, et al., 2019)	Qualitativa	Estudo de caso	Os agricultores assentados diversificam a produção de acordo com suas áreas de terra, os poucos que vendem ao PAA e ao PNAE estão satisfeitos. Porém, insatisfeitos com os acessos ruins, falta de assistência técnica e falta de protagonismo do Estado.
Analisar a agricultura familiar da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (TROIAN; BREITENBACH, 2018).	Qualitativa	Revisão Bibliográfica	A agricultura familiar local utiliza-se de artifícios para se reproduzir e ganhar competitividade, diversidade de cultivos e criações para consumo ou para a venda e da busca pela autonomia, através de formas cooperativas de produzir e comercializar seus produtos.
Analisar a dinâmica e a organização produtiva da agricultura familiar, na localidade Cerro dos Munhoz, em Santana do Livramento/RS (CUPSINSKI et al., 2018)	Qualitativa	Estudo de caso	Participação dos agricultores no PRONAF, PAA, PNAE e cooperativismo. A maioria necessita de crédito para financiar a atividade, a taxa de inadimplência foi diagnosticada como muito elevada.
Analisar as influências do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) a partir de um estudo realizado nos municípios do Vale do Ribeira, Paraná - Rio Branco do Sul e Itaperuçu (MIRANDA; GOMES, 2016).	Qualitativa	Estudo de caso	O PRONAF contribuiu para o desenvolvimento rural, eleva a renda, fortalece a capacidade produtiva da agricultura familiar, estimula a manutenção da atividade de pequena escala. Contudo, há diversas limitações na sua operacionalização.

Fonte: Elaboração própria.

O critério utilizado para definir os estudos já mencionados na seção 1, considerou o período máximo de cinco anos, pesquisas realizadas em Santana do Livramento-RS e também a nível nacional com o intuito de melhor embasar o presente estudo. Conforme estudos citados no Quadro 1, nota-se a escassez de pesquisas abordando a agricultura familiar, principalmente em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em Santana do Livramento ou na região, sendo evidenciado, a lacuna teórica do presente projeto. A partir deste delineamento, serão especificados os procedimentos metodológicos na próxima seção.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo possui caráter exploratório e descritivo. A pesquisa exploratória é realizada especialmente quando o tema é pouco investigado, constituindo-se da primeira etapa de uma investigação mais ampla. Explorar um fenômeno social significa considerar as variáveis envolvidas, as características de determinada população, fenômenos ou experiência buscando a interpretação (SEVERINO, 2016). As pesquisas descritivas caracterizam-se pela busca do conhecimento, entendimento, interpretação e descrição das características dos fenômenos ou população, com o objetivo de proporcionar visão geral aproximada sobre o fato, principalmente quando este é pouco explorado (GIL, 2008). Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e observação sistemática (LIRA, 2014; KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010).

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, significa que sua base é a percepção e a compreensão humana. O pesquisador permanece receptivo para reconhecer fatos inesperados e as descobertas relatadas são geradas por interações do pesquisador e os sujeitos (STAKE; 2016).

O método de pesquisa empregado foi o estudo de caso. Este deve ser priorizado no estudo de eventos contemporâneos, em situações onde os comportamentos relevantes não podem ser manipulados. A investigação confronta uma situação tecnicamente clara em que haverá bem mais variáveis de interesse do que pontos de dados. Desse modo o resultado baseia-se em várias fontes de evidências com os dados convergindo em formato de triângulo, utiliza-se do desenvolvimento prévio de questões teóricas para a coleta e a análise de dados (YIN, 2015).

Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas com o auxílio de aplicativos de mensagem instantânea, chamadas telefônicas e e-mail, bem como, através da observação não participante. Essas técnicas, quando feitas juntas, revelam significados individuais para cada situação, o que não é possível quando quantificado em questionários idênticos (VERGARA, 2014).

Os questionários utilizados nas entrevistas tiveram o seu formato embasado nos estudos de Gil (2008), aliando questões fechadas e abertas, sendo dado ao entrevistado a possibilidade de falar naturalmente sobre o tema, sem prevalecer a rigidez do questionário estruturado (MINAYO; GOMES; DESLANDES, 2009).

As entrevistas tiveram duração inicial média de 1 hora e trinta minutos, posteriormente e na medida em que o estudo foi sendo desenvolvido novos contatos foram realizados. As entrevistas foram aplicadas aos agricultores familiares e gestores públicos da seguinte forma: Prefeitura Municipal de Santana do Livramento – uma entrevista, Agricultores Familiares do município – três entrevistas, em diferentes grupos do PRONAF, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS-Ascar) – 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado – uma entrevista, 19ª Coordenadoria Regional de Educação – uma entrevista e Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Ltda (COOPERFORT) – uma entrevista. Para cada grupo de

entrevistados foram utilizados questionários distintos conforme os Apêndices A, B, C, D, E , F e G. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

O quadro a seguir identifica e qualifica os entrevistados quanto ao gênero, idade, escolaridade, grupo do PRONAF, trás algumas particularidades profissionais e também a área utilizada para a produção. É necessário ressaltar que algumas entrevistas foram respondidas em conjunto, sendo consideradas únicas.

Quadro 2 – Identificação e qualificação dos entrevistados.

Identificação	Grupo	Gênero	Idade	Instrução	Particularidades	Área (hectares)
Entrevistado 1	PRONAF "A"	F	33	Nível Superior	Nasceu e cresceu no campo, atualmente é presidente da Associação dos Agricultores Familiares de Santana do Livramento	24
Entrevistado 2	PRONAF "A/C"	M	40	1º Grau Completo	Dedica-se a agricultura a 13 anos, quando perdeu o emprego e encontrou na apicultura uma alternativa viável de sustento.	28
Entrevistado 3	PRONAF "B"	M	46	1º Grau Incompleto	Filho de agricultor, sobrevive da agricultura a quase 30 anos.	02
Entrevistado 4	Gestor	F	41	Nível Superior	Coordenadora e tesoureira, a mais de 12 anos da (COOPERFORT). A cooperativa é presente no município desde o ano de 2002, fundada por 35 produtores, atualmente conta com mais de 500 produtores e 1200 associados.	-
Entrevistado 5	Gestor	F/M	48/49	Nível Superior	Técnicos da Emater-Ascar/RS, responsáveis p/ desenvolvimento rural sustentável através da prestação de serviços de assistência técnica, extensão rural e social, classificação e certificação em Santana do Livramento, possuem 10 anos de atuação na área. Continua...	-
Entrevistado 6	Gestor	F/F	35/38	Nível superior	Nutricionistas do Setor de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação, desempenham as funções a mais de 4 anos.	-
Entrevistado 7	Gestor	M	26	Nível Superior	Militar do Setor de aquisições licitações e contratos do 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado, exerce a função de pregoeiro a mais de três anos, possui curso específico para o desempenho da função.	-

Continuação do Quadro 2 – Identificação e qualificação dos entrevistados.

Identificação	Grupo	Gênero	Idade	Instrução	Particularidades	Área (hectares)
Entrevistado 8	Gestor	F	32	Nível Superior	Assessora Jurídica da 19ª CRE, integrante da Comissão da Chamada Pública Regionalizada da 19ª Coordenadoria Regional de Educação em 2020.	-
Entrevistado 9	Gestor	F	-	Nível Superior	Assistente de Operações da Companhia Nacional de Abastecimento, Mestre em Desenvolvimento Rural, com experiência de mais de 6 anos na função	-

Fonte: Elaboração própria

No universo pesquisado, foi possível constatar que as mulheres estão exercendo funções de destaques em cinco das seis organizações gestoras do PAA ou PNAE, todas possuidoras de nível superior e experiência nas funções desempenhadas. Já no grupo de agricultores familiares, entre os três entrevistados uma é mulher, possui nível superior e atualmente é presidente da Associação dos Agricultores Familiares de Santana do Livramento.

O estudo valeu-se ainda da observação não participante, que ocorreu a partir de uma visita aos agricultores familiares indicados pelo técnico da Emater/RS-Ascar, por serem considerados potenciais colaboradores de estudos dessa natureza. Por ocasião da pandemia do COVID-19, não houve visita aos órgãos públicos por se tratar de ambiente fechado, com maior risco de transmissão do vírus. Contudo, a observação foi feita através da análise documental das chamadas públicas⁵ divulgadas no ano de 2020 pela prefeitura municipal de Santana do Livramento, 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado e 19ª Coordenadoria Regional de Educação. O registro ocorreu a partir do diário de campo, com a descrição dos principais fatos observados.

A análise dos dados foi feita por meio da análise de conteúdo que é compreendida como um conjunto de técnicas para a análise de informações sobre o comportamento humano. Possui duas funções: comprovação de hipóteses e/ou questionamentos do que está intrínseco no objeto de estudo (MINAYO; GOMES; DESLANDES, 2009).

Para uma análise precisa, torna-se fundamental a categorização das diferentes fases de análise do conteúdo, que foram organizadas de modo cronológico em três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados (BARDIN, 2010).

A pré-análise corresponde a um período de intuições, tem o objetivo de tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais. Nesta fase, são escolhidos os documentos que serão analisados, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração dos indicadores para fundamentar a interpretação final (BARDIN, 2010).

A exploração do material é a aplicação sistemática das decisões, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração em função de regras prévias. Por fim, para o tratamento dos resultados obtidos, foram utilizados mapas conceituais. Mapa conceitual é um sistema de representação que abrange um grupo de conceitos inseridos em uma rede de preposições (TAVARES, 2007). Para a elaboração de

⁵O inciso XII do art. 2º da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014 estabelece que o chamamento público é o procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, com a observância dos princípios que regem a administração pública.

mapas conceituais utilizado o *software MindManager* para simplificar a interpretação e apresentação das informações obtidas.

Após a apresentação dos procedimentos metodológicos empregados, na próxima seção, serão discutidos os principais resultados encontrados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta os tópicos analíticos, divididos em três seções, no primeiro ocorre a identificação dos atores responsáveis pela implementação do PAA e PNAE no município, no segundo a análise e discussão evidencia as principais dificuldades dos agricultores familiares e dos gestores públicos para acessar e fomentar o PAA e o PNAE, no terceiro há o reconhecimento das oportunidades geradas pelos programas e a verificação dos impactos destas participações na realidade dos agricultores familiares.

4.1 Implementação do PAA e PNAE em Santana do Livramento – atores responsáveis

Em Santana do Livramento, o estudo constatou que a Agricultura Familiar se desenvolve sobre três pilares: o Estado, as organizações e os agricultores. O Estado, através dos programas PAA e PNAE, tem a função de promover alimentação saudável e garantir renda para a agricultura familiar evitando que alimentos produzidos sejam desperdiçados por falta de canais de escoamento.

O PAA e o PNAE são programas de garantia à segurança alimentar e nutricional, com o objetivo de assegurar que os alimentos produzidos cheguem ao mercado consumidor através dos restaurantes populares, escolas, organizações militares, entre outros, através da dispensa de licitação (QUIJADA; CAVICHIOLI; SOARES, 2020).

As organizações atuantes no fomento da agricultura familiar em Santana do Livramento, conforme relato dos entrevistados e análise documental das chamadas públicas, se restringem a Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Ltda (COOPERFORTE) e a Associação dos Agricultores Familiares de Santana do Livramento.

Em termos de quantitativo, os agricultores produtores do município, segundo o Entrevistado 4, somente de associados passam de 500.

A COOPERFORT possui hoje em torno de 500 produtores, entre produtores de leite e produtores do PAA, certo? sócios são 1200 associados, está bem? (ENTREVISTADO 4)

Os agricultores familiares atuam principalmente em conjunto com a cooperativa e a associação do município. O Entrevistado 8, relatou que na última chamada pública participaram 11 agricultores de modo individual.

Pensando nos agricultores familiares de Santana do Livramento, participam das Chamadas Públicas das escolas estaduais santanenses aproximadamente 12 (doze) fornecedores, sendo uma cooperativa e os demais agricultores individuais (Entrevistado 8).

A implementação dos programas PAA e PNAE no município ocorre por força de lei. Foi possível verificar através das entrevistas e da análise documental das chamadas públicas realizadas no ano de 2020, que o Exército, a Prefeitura Municipal e a 19ª Coordenadoria Regional de Educação, com o apoio da Emater/RS-Ascar de Santana do Livramento, tem realizado esforços para divulgar anualmente as chamadas públicas para as aquisições dos gêneros alimentícios proveniente da produção dos agricultores familiares e suas organizações.

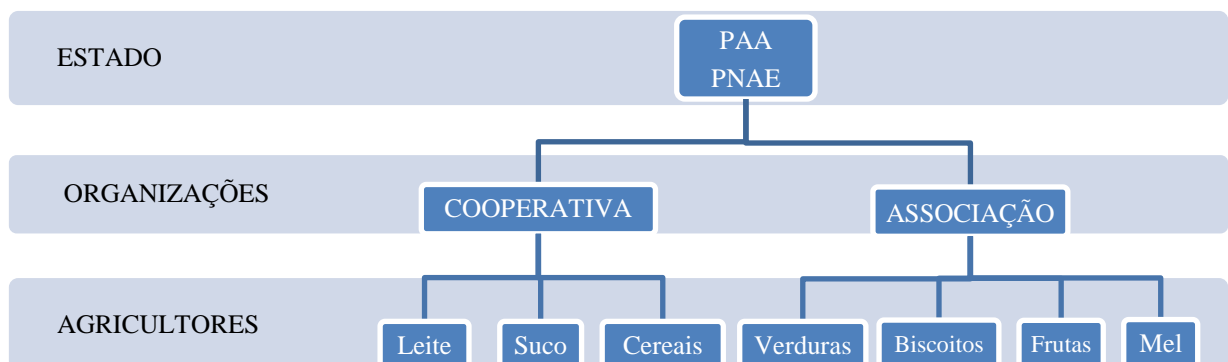
Neste universo, o estudo constatou que existem inúmeros atores envolvidos nas diversas etapas existentes até que o alimento chegue ao consumidor. Entre eles destacam-se os seguintes: duas unidades militares do exército, com aproximadamente mil militares, a 19ª Coordenadoria Regional de Educação, com sede em Santana do Livramento que tem sob sua responsabilidade 56 estabelecimentos educacionais, sendo 25 em Santana do Livramento, 12 em São Gabriel, 1 em Margarida do Sul, 10 em Rosário do Sul e 8 em Quaraí e ainda a rede municipal que atende em média 5.300 alunos em mais de 50 escolas.

Além destes, também a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) pode atuar como compradora de alimentos dependendo, porém, de haver projetos apresentado em sistema *online* pela cooperativa. Conforme relatado pelo Entrevistado 9, as aquisições ocorrem da seguinte forma:

A CONAB pode realizar aquisições de alimentos dos agricultores familiares de Santana do Livramento com recursos do Ministério da Cidadania, através de projeto submetido pela Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste, COOPERFORTE, analisado e aprovado pela Conab. O período em que o sistema de recebimento de propostas de participação fica aberto é de 30 dias, 1 vez ao ano, conforme orçamento do Ministério da Cidadania, a Conab é o órgão executor do Programa (ENTREVISTADO 9).

Por outro lado, para suprir essa demanda, foi possível constatar que a agricultura familiar do município se apóia, principalmente, na Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira (COOPERFORT) com mais de 500 cooperados e na Associação dos Agricultores Familiares de Santana do Livramento que busca facilitar o acesso dos agricultores aos programas do Estado, PAA e PNAE. A relação entre as três principais categorias de atores responsáveis ocorre de acordo com a Figura 1.

Figura 1- Estrutura da agricultura familiar em Santana do Livramento



Fonte: Elaboração própria.

De forma geral, a agricultura familiar do município é essencialmente composta de pequenas propriedades, as quais, em sua maioria possuem baixa renda e utiliza-se de recursos próprios, dificultando a implantação de novas tecnologias que poderiam proporcionar incrementos de renda (DEIMLIG, 2015). Nesse sentido, existe a necessidade de aprofundar estudos para melhor mensurar os motivos que impossibilitam, ou inviabilizam os investimentos necessários, os quais são tratados na seção seguinte.

4.2 Principais dificuldades dos agricultores familiares e dos gestores públicos para acessar e fomentar o PAA e o PNAE em Santana do Livramento

A pesquisa evidenciou que as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares estão presentes em todas as etapas da produção até a execução financeira e são inerentes a terra, trabalho, capital, tecnologia e logística. A Entrevistada 1, declarou que sua família precisou diversificar as atividades de trabalho e parte dela foi obrigada a deixar o campo em busca de melhores condições de vida. Referente às dificuldades em participar dos programas PAA e PNAE, relatou o seguinte:

[...] existem as dificuldades, todo esse trâmite de conseguir encaminhar projeto e tudo mais, mesmo tendo toda a assistência da Emater...no PAA, dentro do Quartel, também tem a questão do critério adotado para as aquisições né [...] o menor preço, que acaba inviabilizando entregar semanalmente os produtos, estamos a 50 km da agroindústria e não temos veículo próprio isso dificulta muito, principalmente pelo preço do combustível [...] agente ainda não conseguiu financiar um veículo adequado...graças a Deus eu tenho um carro, depois de anos de luta [...] vamos nos virando conforme dá [...] agora quando a gente estava fazendo a entrega das estaduais, do município, que eles deixaram tudo para a última hora[...]eu trabalhava durante o dia na loja, durante a manhã eu fazia as entregas e durante a noite na produção dentro da agroindústria, isso foi de outubro a dezembro, foi muito difícil, muito puxado [...] a própria escola as vezes não tinha estrutura para receber os alimentos, acabava armazenando mal, quebrando os biscoitos e chegando sem as melhores condições para o consumidor. (ENTREVISTADO 1).

Em relação ao critério adotado para a seleção do agricultor familiar, associação ou cooperativa a ser contratada para fornecer os alimentos à administração pública, referente ao PAA, o Entrevistado 7 relatou o seguinte:

A administração é cautelosa na seleção do vencedor, dado que a administração tem que pautar sua conduta nos princípios da economicidade e eficiência e ao mesmo tempo tem que promover o desenvolvimento nacional sustentável, diante disso não vejo outra forma de seleção que não seja pelo valor, observando todas as variantes (ENTREVISTADO 7).

Já o Entrevistado 2, relatou que começou a dedica-se a agricultura a 13 anos, quando perdeu o emprego e encontrou na apicultura uma alternativa viável de sustento. Quanto às dificuldades para acessar os programas ele destaca que a burocracia é o principal entrave, já tendo ocorrido a efetivação das aquisições apenas na última semana do ano.

[...] em relação a venda para instituições públicas o grande problema é a negociação, a entrega, o meu produto (mel) não tem problema...mas os produtos perecíveis, alface, melancia, coisa assim...que tem época né, a planta não espera[...]eles começam a negociar[...]teve um ano que a gente começou negociar no começo do ano e eles acabaram comprando na última semana, então os produtores perderam muita coisa, muita verdura, muito produto...é muita burocracia, muito complicado...eles ainda não conseguiram se organizar (ENTREVISTADO 2).

Em relação ao PAA, Troian (2020) destaca que o programa foi inserido no marco do programa Fome Zero, com o governo federal assegurando a compra dos produtos dos beneficiários produtores e destinando aos beneficiários consumidores

A presidente da associação dos agricultores familiares da Santana do Livramento não vê com entusiasmo a situação dos agricultores familiares do município. De acordo com o Entrevistado 1, os problemas são os seguintes:

A percepção quanto aos demais agricultores é péssima [...] dentro do município tem muito a crescer, muito a desenvolver...dentro da Secretaria da Agricultura vinha muito abandonada a situação. O pessoal não focava nos projetos, agora mudou o governo vamos ver como é que vai. Dentro do PNAE padecemos muito para vender, as chamadas públicas levam 10 meses para eles conseguirem fazer, só conseguem concretizar depois de setembro, outubro, agora eles conseguem prorrogar para o ano seguinte, mas antes tínhamos só dois meses para entregar e ainda em relação aos recursos, a cobrar né, emitimos notas em novembro e só conseguimos receber em fevereiro, com muita briga, com muito plantão dentro da secretaria da educação municipal para poder cobrar os produtos que a gente tinha entregue (ENTREVISTADO 1).

O entrevistado 4, ressaltou a dificuldade de concorrência com empresas acostumadas a negociar com entes públicos e destacou que as maiores adversidades estão na logística de escoamento da produção, as estradas não oferecem as condições adequadas, elevam os custos tornando os preços dos produtos menos competitivos.

[...] a princípio os órgãos públicos só compram através de licitações ou/pregão eletrônico o que nos dificulta na venda porque o preço é muito baixo, e empresas de grande porte já estão acostumadas nas vendas e oferecem preços irrisórios sem as mínimas condições de competitividade. E nossa principal dificuldade é referente as condições das estradas do interior, pois é através das delas que temos que escoar nossos produtos, as estradas em péssimas condições de trafegabilidade acabam por onerar o preço dos nossos produtos dificultando as vendas (ENTREVISTADO 4).

O entrevistado 4 destacou também, que possui acesso facilitado ao crédito uma vez que mantém a documentação organizada e trata com cautela o assunto.

Quanto a cooperativa a direção é muito criteriosa em manter sempre toda a documentação em dia por isso o acesso aos créditos é facilitado, porém somos muito cautelosos para manter a viabilidade econômica da cooperativa, mas quanto aos produtores individuais não é da mesma forma pois tem muitos produtores que encontram-se com problemas para acessar créditos devido a inadimplência e exigências burocráticas (ENTREVISTADO 4).

Por outro lado, a realidade de acesso ao crédito por parte do agricultor familiar mostrou-se oposta ao contexto conquistado pela cooperativa, como principal entrave o Entrevistado 3, também cita a burocracia, as exigências de fiador ou de garantias ao banco como fatores que dificultam qualquer investimento.

[...] olha o acesso ao crédito é muito difícil, uma vez me disseram que eu tinha direito a pegar um dinheiro no banco, ai eu fui lá pra ver né, mas é muita burocracia, me pediram fiador e isso eu não tenho, o único seria o meu tio, mas ele está inadimplente, se eu tivesse 10 vacas eu poderia conseguir também, seria a garantia do empréstimo (ENTREVISTADO 3).

Conforme a fala dos entrevistados, existe um hiato entre a realidade do agricultor familiar individual e as organizações. Para os agricultores, a burocracia tem sido entrave, já para a cooperativa o discurso é de acesso facilitado ao crédito.

Desde a sua criação, o PRONAF vem se consolidando como principal programa de crédito de apoio à agricultura familiar do país. Percebe-se que, a cada ano, há aumento tanto do número de beneficiários, quanto do montante de recursos financeiros disponibilizados para o Programa (DE SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015).

A cooperativa enfatizou ainda sua preocupação com a sustentabilidade da agricultura familiar e o êxodo rural, uma vez que, em sua grande maioria, a Agricultura Familiar é composta de pessoas de idade avançada e os jovens tendem a buscar oportunidades em outros municípios.

[...] em sua grande maioria a agricultura familiar é formada de agricultores de idade avançada sem perspectiva de crescimento ou de sucessão por parte de familiares mais jovens considerando que os preços de comercialização são baixos e a perspectiva de crescimento dos jovens também não ajuda, sendo que temos muita falta de oportunidade para nossos jovens fixar-se no campo e acabam saindo para outras cidades a procura de melhores oportunidade mesmo após se formarem em alguma área específica (ENTREVISTADO 4).

Segundo dados do IBGE, o Censo Agropecuário de 2017 concluiu que o número de estabelecimentos classificados como Agricultura Familiar sofreu redução de 9,5% no país, quando comparado ao Censo de 2006. Os dados ratificam a fala do Entrevistado 4, uma vez que o segmento perdeu um contingente de 2,2 milhões de trabalhadores em contraponto com a agricultura não familiar, onde houve a criação de 702 mil postos de trabalho.

A falta de renda satisfatória e a ausência de políticas públicas são os fatores mais relevantes para a tomada de decisão dos jovens no processo de sucessão geracional na Agricultura Familiar (FOGUESATTO, 2016).

Além das dificuldades citadas anteriormente, a área técnica, através do Entrevistado 5, considerou o descumprimento da legislação, a variação dos preços e a longa tramitação das chamadas públicas como as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares. Também foram citados o critério de seleção dos fornecedores e a metodologia para definição dos preços a serem pagos.

Na parte do PNAE nas escolas estaduais, há ainda grande desconhecimento da legislação por parte dos gestores das escolas, resultando em falta de prioridade ao tema (várias escolas não realizam chamada pública e não compram da Agricultura Familiar local), os preços também são muito diferentes entre escola. No PNAE municipal há um atraso inexplicável do processo dentro da prefeitura, a ponto de em dois anos, a Secretaria de Educação receber a chamada pública pronta em dezembro (faltando apenas a pesquisa de preços) e a publicação acontecer apenas em setembro e outubro do ano seguinte. No caso do PAA junto aos quartéis há duas dificuldades, são: o entendimento de que o preço a ser utilizado para a aquisição deve ser o da chamada pública e não o menor preço (como eles fazem) e a dificuldade de fiscalizar/monitorar se de fato estão comprando o equivalente aos 30% da demanda de alimento praticada. Outra questão a ser ressaltada é a qualidade na pesquisa de preços, garantindo uma referência clara na composição dos preços da agricultura familiar (e as demais) também tem sido um problema (ENTREVISTADO 5).

Neste sentido, em relação ao PAA, o estudo observou, conforme relato dos entrevistados e a análise documental das chamadas públicas que a Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 e suas atualizações, tem sido interpretada de modo mais favorável ao Estado, gerando economia aos cofres públicos ao utilizar o critério menor preço para a efetivação dos contratos, embora a Lei tenha preterido a licitação convencional, onde há entre outras, a disputa pelo menor preço, e adotado a chamada pública, onde o que deve prevalecer são os preços preestabelecidos através de pesquisas regulamentadas, bem como, critérios claros e objetivos para definir os projetos prioritários para a efetivação dos contratos dela advindos.

Desse modo, as aquisições são realizadas através de chamadas públicas. Para produtos orgânicos ou agroecológicos, caso não tenha três fornecedores locais para compor a pesquisa

de preço, poderá haver o acréscimo em até 30% do valor do produto em relação ao preço dos produtos convencionais (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

Por outro lado, o Entrevistado 5 observa que falta disposição por parte dos agricultores para maior diversificação da produção, destaca a falta de mão de obra e chama atenção para um fator que vem dificultando o planejamento dos agricultores, do seguinte modo:

O atraso entre a divulgação das chamadas e o início efetivo das compras é outro fator que merece atenção, isso vem dificultando o planejamento de produção por parte dos agricultores. Por outro lado, nota-se uma certa falta de disposição para a diversificação de produtos menos comuns, associados ao envelhecimento e dificuldade de mão de obra de parte dos agricultores familiares, além da dificuldade de mecanização de parte dos processos(ENTREVISTADO 5).

O presente estudo também constatou as dificuldades enfrentadas pelos gestores públicos que buscam fomentar o PAA e o PNAE no município. Para o Entrevistado 6, os trâmites administrativos e a escassez de recursos públicos em conjunto com as peculiaridades do município causam dificuldades que colocam em lados opostos o que a Lei disciplinou, buscando assegurar renda ao agricultor familiar e a insuficiência de meios para desenvolver o PNAE da maneira prevista.

Considerando que, os valores repassados através do PNAE, no mínimo, 30% devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, a fim de favorecer o desenvolvimento local, buscando unir promoção à saúde com a sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural (PEDRAZA et al., 2018), a realidade do município está dividida entre a necessidade de investimentos a maior e a burocracia “necessária” à consecução da chamada pública para aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, conforme relatou o Entrevistado 6:

A chamada pública leva de 8 a 10 meses de trâmites administrativos até conseguirmos efetivar a compra da agricultura familiar, o recurso vinculado do PNAE hoje corresponde a somente 30% do investimento na alimentação escolar municipal, dentro do valor repassado pelo governo federal não conseguiríamos atender todas as demandas do programa (ENTREVISTADO 6).

Por outro lado, a fala do Entrevistado 6 revela que o município sofre com problemas de abastecimento de água, impondo limitações aos agricultores. Para superar esses problemas os gestores necessitam refazer os processos administrativos para comprar alimentos não perecíveis de cooperativas de outros municípios.

Além da burocracia de cada setor, existe também as limitações dos produtores, no ano passado empenhamos bastante coisa[...] houve problemas com abastecimento de água e alguns agricultores não puderam cumprir com os pedidos. Conseguimos aumentar o percentual comprando não perecíveis de cooperativas de outros municípios (ENTREVISTADO 6).

O Entrevistado 6 relata ainda, que as dificuldades enfrentadas são muitas, falta de recursos suficientes para melhor atender os custos dos agricultores, o universo de alunos matriculados em escolas rurais e a logística deficiente, conforme fala:

Temos em média 5300 alunos na rede municipal de ensino e um terço está matriculado nas escolas rurais, temos mais escolas rurais do que urbanas. Essa é uma realidade do município que deve ser explorada e levada em consideração para discutirmos a execução da compra da agricultura familiar no município. No montante a ser comprado o quantitativo é alto, mas quando divide nas escolas fica

pingado aí os agricultores não se interessam. A logística é péssima. Nem a prefeitura nem os agricultores têm condições de atender a demanda do município em quantidade e número de escolas atendidas. Esse ano não solicitamos que adicionassem no valor a logística porque não temos recursos para realizar. Temos 5 escolas uni docentes onde o professor é o único funcionário e mora na escola vindo para cidade a cada 15 dias. Temos uma Fiorino que está muito estragada e dois funcionários para a distribuição e temos mais de 50 escolas, tem escola que fica a mais de 100 km do depósito (ENTREVISTADO 6).

Apesar das dificuldades mencionadas o Entrevistado 6 ressalta que o município não está inerte aos obstáculos e tem buscado alternativas de fomento.

Tem muito a ser desenvolvido, sinto que a compra da agricultura familiar está engatinhando e com uma evolução bem lenta. Dos dois lados é necessário orientação técnica e investimento. Já pensamos num centro de distribuição, mas o investimento é enorme, teria que ser um projeto de várias secretarias (ENTREVISTADO 6).

O Entrevistado 7 enfatizou aspectos relativos ao conhecimento burocrático como principais dificuldades para implementar o PAA em Santana do Livramento.

Falta de conhecimento dos produtores rurais, no que diz respeito ao procedimento da licitação (conhecimento da legislação, edital, critérios de habilitação, entre outros). Como aspecto negativo, cabe informar que devido Santana do Livramento estar geograficamente afastado dos grandes centros, isso pode ser um fator que influencia na capacidade intelectual dos produtores para ingressarem nos procedimentos licitatórios (ENTREVISTADO 7).

Este estudo constatou ainda que, no ano de 2020, as escolas estaduais não realizaram de modo individual a chamada pública, ficando a cargo da 19ª Coordenadoria Regional de Educação esta atribuição. O Entrevistado 8 relatou as dificuldades do seguinte modo:

Em Santana do Livramento, as principais dificuldades são: obter ofertas necessárias da agricultura familiar para as 25 (vinte e cinco) escolas estaduais santanenses, falta de máquina de cartão para o pagamento dos produtores familiares e a entrega dos produtos da agricultura familiar em escolas de longa distância, especialmente as 5 (cinco) escolas rurais (ENTREVISTADO 8).

O Entrevistado 8 relatou também que para alguns produtos não houve agricultores interessados sendo necessário fazer nova chamada pública.

Em algumas situações, no processo da chamada pública não houve produtores interessados em alguns produtos. Nesse caso, a escola precisou fazer uma nova chamada pública com aqueles produtos que não tiveram interessados e, através da Emater, buscar os fornecedores que produzem aqueles produtos específicos (ENTREVISTADO 8).

Quanto a dificuldades de execução do contratado o Entrevistado 8 relatou que a escola pode aumentar em até 25% a quantidade de produtos em outros contratos quando ocorre algum imprevisto que impossibilite a entrega dos gêneros ofertados nos projetos, conforme destacou:

Quando o produtor participou da chamada pública e formalizou sua oferta mediante o projeto de venda de determinados produtos e quantidades, mas no momento da entrega não teve condições de disponibilizar os alimentos, por alguma eventualidade como perda da lavoura por questões climáticas ou de pragas, por exemplo, a escola

pode aumentar a aquisição dos produtos dos outros fornecedores contratados, com um aditivo de 25% do valor do contrato(ENTREVISTADO 8).

Quanto ao não cumprimento dos 30% exigidos por Lei, o Entrevistado 8 esclarece que varia dentro de cada chamada pública realizada pelas escolas, normalmente o percentual não é alcançado devido à falta de oferta da agricultura familiar.

[...] depende a cada chamada pública. Todas as escolas buscam cumprir o mínimo dos 30% dos valores do PNAE com a agricultura familiar. Quando a escola não atinge 30%, ela deve justificar. Na grande maioria dos casos, as escolas argumentam que houve falta de oferta da agricultura familiar (ENTREVISTADO 8).

4.3 Oportunidades geradas pelos programas PAA e PNAE e impactos à realidade dos agricultores familiares em Santana do Livramento

Para o Entrevistado 9, O programa PAA além de gerar várias oportunidades para os agricultores, possui ações concretas de combate à fome e a insegurança alimentar, conforme evidenciado em sua fala:

O mercado institucional, é uma alternativa para escoamento da produção excedente, além de um estímulo para produção local; incentivo à participação de mulheres agricultoras nos projetos do PAA, garantia de preços em períodos de entressafra; incentivo ao associativismo e cooperativismo; incentivo à capacitação e organização dos agricultores familiares para produção com escalonamento, diminuindo custos e otimizando a mão de obra familiar; abastecimento social, com ações concretas de combate à fome e à insegurança alimentar, pois os alimentos adquiridos dos agricultores familiares são doados à instituições da rede socioassistencial preferencialmente local, entre vários outros pontos positivos (ENTREVISTADO 9).

Corroborando com a fala do Entrevistado 9, a seguir estão apresentadas as aquisições realizadas pelo PAA no ano de 2020 em Santana de Livramento, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Aquisição com doação simultânea PAA

Organização Fornecedora	Data de vencimento	Situação	Valor formalizado	Valor Executado	Entidade Consumidora	Município
Cooperfort	Set 2021	Em execução com entrega	R\$ 272.215,90	R\$173.613,91	Mesa Brasil	Santa Maria

Fonte: Elaboração Própria – Dados CONAB

Conforme quadro a cima, elaborado com os dados disponíveis no site da Conab, no ano de 2020 foi aprovado o projeto Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Ltda, com o valor formalizado total de R\$ 272.215,90. A entidade consumidora é o programa Mesa Brasil-Sesc, sediado em Santa Maria-RS, mas que apóia vários outros municípios. Até a data pesquisada, abril de 2021, executou o valor total de R\$ 173.613,91, evidenciando que o Estado tem gerado oportunidades aos agricultores familiares suas organizações e aos beneficiários consumidores, conforme relatou o Entrevistado 4:

O projeto é do Sesc Santa Maria, entregamos toda a terça, mas o Sesc tem em vários municípios e aí teve momentos que eles disseram que a entrega deveria ser em Alegrete, através do Sesc de Alegrete [...] nos levamos o produto até o Sesc e eles entregam, também entregamos em Santana do Livramento, temos fotos e as quantidades de produtos entregues[...]está bom?(ENTREVISTADO 4).

O Entrevistado 9 destacou ainda, que o PAA complementa a renda dos agricultores familiares e garante preços justos, conforme fala:

Muitos estudos já comprovaram que o PAA contribui de forma significativa para a complementação de renda aos agricultores familiares participantes. Além disso, estimula a produção de alimentos de forma diversificada, contemplando produtos locais e regionais relacionados à cultura local e garante a comercialização por preços justos (Entrevistado 9).

O Entrevistado 5 destacou que existem oportunidades potenciais que podem impactar e até transformar a realidade dos agricultores familiares. Em Santana do Livramento já é possível certificar os produtos orgânicos, isso agrega valor ao produto mais saudável, também foram inauguradas várias agroindústrias entre outras ações destacadas, conforme a seguir:

Nos últimos anos alcançamos importantes conquistas [...] conseguimos apoiar a formação do Organismo de Controle Social (OCS) Agroecológica Pampa, Terra e Fronteira dos agricultores familiares Santanenses, registrada junto ao MAPA, acesso a insumos agroecológicos caseiros ou comprados fora do município, incentivo a plasticultura a fim de ampliar a época de plantio e melhoramento da qualidade da produção de hortaliças, sistema de irrigação, principalmente gotejamento. Apoio a legalização de várias agroindústrias familiares. Em 2020, foi inaugurada a agroindústria de produção de mandioca descascada e feijão miúdo debulhado de produção orgânica, primeira na região. Incentivo à realização de chamada pública conjunta para as escolas estaduais tendo o apoio inicial do setor de nutrição da Secretaria de Educação do estado (ENTREVISTADO 5).

Conforme o Entrevistado 7, “as oportunidades se resumem ao fomento da produção local e o desenvolvimento regional, bem como a aquisição de um produto mais saudável”. Para o Entrevistado 6, existem oportunidades aos agricultores familiares que podem ser melhor aproveitadas, conforme fala:

[...] caso houvesse maior oferta de produtos, haveria condições de aumentar as aquisições em 100%, o recurso do PNAE pode ser totalmente utilizado na aquisição de produtos da Agricultura Familiar. O município consegue suprir a demanda de gêneros alimentícios destinado à merenda escolar através da agricultura familiar apenas em partes, pois temos um limitante que é o valor de contrato (ENTREVISTADO 6).

O Entrevistado 6 ressaltou também os pontos positivos, dentre eles os principais são a oferta de alimentos de melhor qualidade e o aumento do desenvolvimento dos agricultores familiares e seus empreendimentos. Para o Entrevistado 8 as oportunidades para os agricultores familiares e suas organizações também estão no preço justo e na forma de pagamento, conforme abaixo:

Os valores dos produtos da Chamada Pública são originários de uma pesquisa de preço, na qual é feita uma tomada de preço com três fornecedores por produto e, posteriormente, é feita a média por produto. Este preço é o fixo a ser pago pela escola. O pagamento ocorre no momento da entrega dos produtos via cartão ou link online. As escolas são orientadas que o pagamento deve ocorrer no mesmo dia que consta no termo de recebimento e da nota fiscal. Claro, que problemas com máquina de cartão podem acontecer. Nesses casos, é avaliada a situação, buscando sempre o pagamento imediato ao produtor (ENTREVISTADO 8).

O Entrevistado 8 destacou que existe boa oportunidade de desenvolvimento das famílias através da participação nos programas do Estado, do seguinte modo:

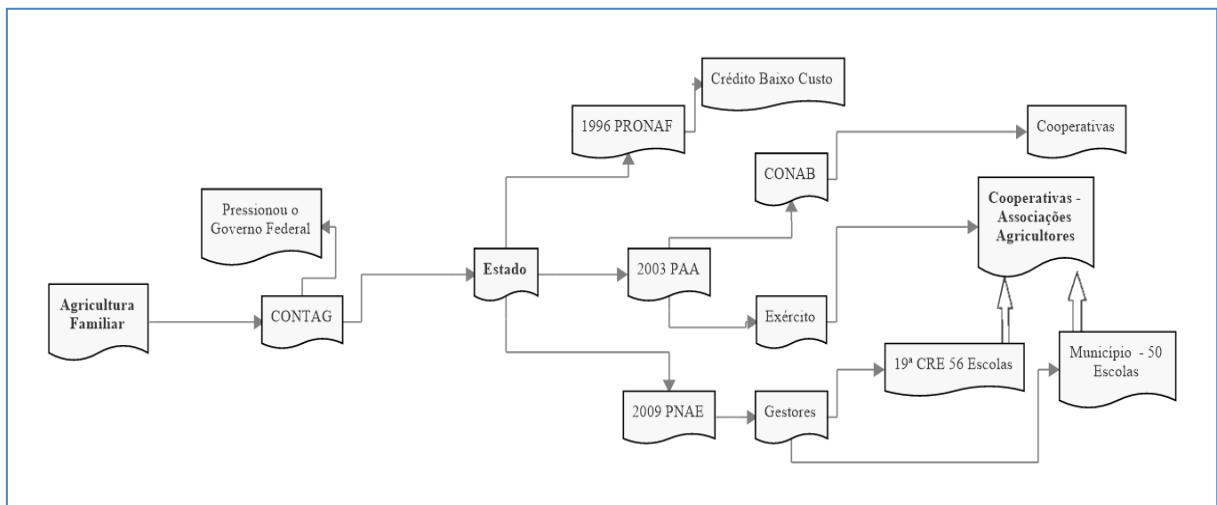
[...]caso houvesse maior oferta de produtos, haveria condições de aumentar as aquisições, a demanda das escolas é grande. As vezes, algumas escolas não atingem os 30% pela falta de oferta da agricultura familiar [...] acredito que através do PNAE há uma grande demanda por gêneros alimentícios aos agricultores familiares [...] vejo sim nos programas do Estado uma oportunidade de desenvolvimento através da participação das famílias que se dedicam a agricultura (ENTREVISTADO 8).

Para o Entrevistado 4, os programas geram oportunidades de cooperativismo no seguinte sentido:

Agrega muito, pois sem estes programas não seria possível a venda da produção dos sócios a cooperativa além de pequenas feiras feitas semanalmente por alguns grupos de produtores. Os programas têm proporcionado ainda a aproximação dos sócios junto a cooperativa que presta muitos serviços para os produtores tendo a reciprocidade do produtor (ENTREVISTADO 4).

A partir dos resultados encontrados, foi elaborado um mapa conceitual sintetizando os estágios da agricultura familiar no município de Santana do Livramento, conforme estabelecido na Figura 2.

Figura 2 - Mapa conceitual dos estágios da agricultura familiar



Fonte: Elaboração própria

A elaboração do mapa conceitual, sintetiza os estágios da Agricultura familiar, que começou a ser reconhecida pelo Estado após pressão do movimento liderado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), na década de 1990, resultando na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar o PRONAF, deste, deriva o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em Santana do Livramento os potenciais compradores são o Exército e a Companhia nacional de Abastecimento (CONAB). Também derivado do PRONAF, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é desenvolvido pelas escolas municipais e estaduais, sendo que em 2020 houve a participação da 19ª Coordenadoria Regional de Educação que implementou a chamada pública regionalizada para as escolas estaduais sob sua responsabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar o presente estudo constatou-se que o Brasil registrou avanços consideráveis em relação à agricultura familiar a partir de 1990 e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), foi criado em junho de 1996 com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares.

No Rio Grande do Sul, a agricultura familiar é responsável por ocupar 85,75% dos estabelecimentos agropecuários e em Santana do Livramento 58,95% dos estabelecimentos fazem parte deste seguimento, comparado a outras regiões do estado possui menor diversidade produtiva, interação social reduzida e convívio em assentamentos (FERREIRA et al., 2016). Neste contexto inicial verificou-se que a problemática e as oportunidades situam-se nas políticas públicas, estabelecidas como potenciais soluções para o acesso a renda, através da venda da produção, tanto através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) quanto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Diante do exposto, a pesquisa teve como objetivo geral, analisar a participação dos agricultores familiares e dos gestores públicos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Santana do Livramento. Constata-se que o objetivo foi integralmente atingido. A participação dos agricultores familiares ocorre principalmente com o auxílio da associação de agricultores, através da COOPERFORT e com o apoio da Emater-Ascar municipal em todas as etapas, da produção até a elaboração dos projetos de venda. Em relação aos gestores públicos foi possível verificar que as participações ocorrem por força de Lei e os programas são executados com muito zelo, porém, com oportunidade de melhoria quanto aos trâmites burocráticos.

Quanto aos objetivos específicos, o primeiro buscou identificar os atores responsáveis pela implementação do PAA e PNAE no município, e foi atingido. Foram identificadas duas unidades do Exército e a CONAB, como compradores do PAA, já a Prefeitura Municipal e a 19ª Coordenadoria Regional de Educação, compram através do PNAE. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santana do Livramento, a Associação dos Agricultores Familiares de Santana do Livramento e a Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Ltda, foram identificadas como fundamentais agentes intermediadores dos programas do Estado junto aos agricultores.

O segundo objetivo específico procurou apontar as principais dificuldades dos agricultores familiares e dos gestores públicos para acessar e fomentar o PAA e o PNAE e também foi atingido. As principais dificuldades dos agricultores familiares estão relacionadas principalmente a burocracia para a elaboração dos projetos de venda, ao tempo excessivo de tramitação da chamada pública municipal, a distância para a entrega dos alimentos, a forma de disputa pelos contratos de fornecimento adotados pelas unidades do Exército local, relativo ao PAA, que prioriza o menor preço, a falta de planejamento adequado das escolas que já deixaram para receber todos os produtos na última semana do ano, estradas em más condições, falta de mão de obra e dificuldade de acesso ao crédito por parte do agricultor individual.

Em relação aos gestores foram identificadas as seguintes dificuldades em fomentar o PAA e o PNAE no município: trâmites administrativos da chamada pública que leva de 8 a 10 meses até a efetivação da compra, insuficiência de recursos, as limitações dos produtores que não suprem as demandas por completo sendo necessário recorrer a cooperativas de outros municípios, o número elevado de escolas rurais, a péssima logística com escolas distante até 100 km do centro de distribuição e o desinteresse dos produtores para alguns produtos. Também foi mencionada a falta de conhecimento dos produtores rurais, no que diz

respeito ao procedimento da chamada pública e o afastamento geográfico de Santana do Livramento dos grandes centros,

O terceiro objetivo específico visou reconhecer as oportunidades geradas pelos programas e verificar o impacto da participação nos programas à realidade dos agricultores familiares. Considera-se que foi atingido este objetivo específico e que os programas geram importantes oportunidades, conseqüentemente impactam a realidade dos agricultores familiares, sendo possível destacar a geração de empregos a venda com recebimento a vista nas escolas estaduais e com até 30 dias no Exército a demanda maior do que a oferta, o que permite expansão da produção a aproximação dos sócios com a cooperativa e associação, gerando benefícios recíprocos, a certificação de produtos orgânicos e a legalização de agroindústrias.

A pesquisa partiu da hipótese de que o município de Santana do Livramento possui as condições necessárias para que os programas objetos deste estudo possam ser desenvolvidos do modo como foram idealizados pelas Leis que os regulamentam, uma vez que a agricultura familiar é responsável por ocupar 58,95% dos estabelecimentos agropecuários do município. Por outro lado, conta com diversas escolas municipais e estaduais além de duas unidades do Exército que junto com a Companhia Nacional de Abastecimento, são os potenciais compradores da produção desses agricultores familiares.

Durante os trabalhos de pesquisa, verificou-se que as condições de desenvolvimento dos programas no município são muito boas, porém ainda há muito a ser melhorado, por parte do Estado, dos gestores e dos produtores, para que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), alcance o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (LIMA; DE ASSIS SILVA; DE FREITAS IWATA, 2019).

Portanto, alguns pontos necessitam especial atenção nos próximos estudos, o inexplicável tempo de tramitação da chamada pública até a efetiva aquisição dos alimentos e a falta de planejamento quanto ao período das entregas, acabam gerando distorções nas expectativas dos agricultores familiares, uma vez que cada produto possui sua época de colheita e mesmo os que precisam de fabricação como os panificados, por exemplo, demandam tempo, pois a produção é familiar, basicamente artesanal, não é possível imaginar impor ao pequeno produtor a contratação de mão de obra, devido ao planejamento inadequado do gestor, isso causa prejuízo, desestímulo e pode inviabilizar muitos projetos.

Outro fator que chamou atenção no presente estudo foi a equiparação da chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios dos agricultores familiares e suas organizações, a um processo licitatório, utilizando o menor preço para a definição do vencedor do item, quando a lei é clara ao mencionar dispensa de licitação para esse tipo de aquisição.

A pesquisa evidenciou também que a Companhia Nacional de Abastecimento não realiza chamada pública para a aquisição de gêneros alimentícios dos agricultores familiares, mas que suas aquisições dependem de projetos de vendas com doações simultâneas a instituições beneficiárias. Os projetos são elaborados exclusivamente pelas cooperativas, fato que também merece maior atenção nos próximos estudos. A pesquisa constatou ainda, que o projeto de venda apresentado pela COOPERFORT, atualmente em vigor, possui valor formalizado total de R\$ 272.215,90 e até a data pesquisada, abril de 2021, executou o valor total de R\$ 173.613,91, tendo como entidade consumidora o Programa Mesa Brasil-Sesc, com sede no município de Santa Maria, porém este programa atende vários municípios, ou seja, o mercado consumidor e suas oportunidades não se restringem apenas a Santana do Livramento.

Mesmo assim, a problemática da presente pesquisa, situadas nas políticas públicas (PAA e PNAE), estabelecidas como potenciais soluções para que os agricultores familiares possam ter acesso à renda, mostrou-se uma sólida barreira, ainda a ser superada pela maioria dos agricultores familiares, que por vezes tem alcançado avanços significativos, contudo, apenas os agricultores mais esclarecidos, organizados e com disponibilidade de mão de obra essencialmente familiar, tem aproveitado da melhor maneira as oportunidades trazidas pelos programas do Estado.

No intuito de fomentar a Agricultura Familiar, o desenvolvimento sustentável e promover a segurança alimentar e nutricional das pessoas em vulnerabilidade em Santana do Livramento, sugere-se que a administração municipal avance com prioridade e ações concretas a fim de buscar parcerias com o estado, com o governo federal e/ou entidades privadas que possam viabilizar a implantação do restaurante popular, a exemplo dos resultados positivos que estão sendo alcançados, entre outros, pelo município de Santa Maria através do programa mesa Brasil-SESC.

Quanto a metodologia o estudo possui caráter exploratório e descritivo, valendo-se de pesquisas bibliográficas, entrevistas feitas através de questionários previamente elaborados e observação sistemática. Este estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa e o método de pesquisa empregado foi o estudo de caso. Os dados foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas com o auxílio de aplicativos de mensagem instantânea, chamadas telefônicas e também e-mail, bem como, através da observação não participante.

As entrevistas tiveram duração média de 1 hora e trinta minutos, sendo três entrevistas com agricultores familiares do município e uma entrevista na Prefeitura Municipal de Santana do Livramento, 19ª Coordenadoria Regional de Educação, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado, Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Ltda, Associação dos Agricultores Familiares de Santana do Livramento e Companhia Nacional de Abastecimento. Para cada grupo de entrevistados foram utilizados questionários distintos conforme os Apêndices A, B, C, D, E, F e G.

Diante da metodologia utilizada, percebe-se que o trabalho possui limitações. Referente ao tema apresenta apenas alguns aspectos propostos para estudo, ficando restrito a abordagem e ao olhar do autor e as entrevistas trazem em si o teor subjetivo e os valores individuais dos entrevistados. Além disso, as reduções de prazos, a inexistência de recursos específicos, a escassez de estudos sobre o tema e as restrições impostas pela COVID-19, também trouxeram limitações ao estudo da Agricultura Familiar e dos programas supracitados.

Para pesquisas futuras, sugere-se a roda de conversa como procedimento para a construção de dados qualitativos, maior amostra dentro do universo de respondentes, principalmente em relação aos agricultores familiares e a abordagem quantitativa em complemento à qualitativa. Cabe ressaltar ainda, que o estudo realizado reflete um contexto em particular, não sendo possível generalizar seus resultados para demais localidades, porém, podem servir de exemplo para estudos futuros e aplicações em contexto semelhante.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 1, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BATISTA, Lucimar Moreira Guimarães et al..Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 1, 2016.

BIANCHINI, Valter. Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios. Brasília: **SAF/MDA**, 2015.

BRASIL. Decreto nº 1.946 de 28 de Junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1º Jul.96. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm> .Acesso em: out. 2020.

_____. Decreto nº 7.775 de 04 de Julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 Jul.2012. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7775.htm>. Acesso em: 10 nov. 2020

_____. Lei nº 10.696, de 24 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 Jul. 2003. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm> . Acesso em: 26 set. 2020.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 Jul.2006. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11326.htm> . Acesso em: 26 set. 2020.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.**Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 Jun.2009. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/L11947.htm>. Acesso em: 26 set. 2020.

CARVALHO, Paulo Roberto; BECKER, Cláudio; NESKE, Márcio Zamboni. Avanços e recuos na Execução do programa de aquisição de alimentos (PAA): comparando as experiências de Lajeado/RS e Santana do livramento/RS. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 11, 2019.

COMPANHIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO. Agricultura Familiar – PAANet. Disponível em: <<https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultarCPRMunicipio&novaConsulta=true>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CUPSINSKI, Tauana Chimello et al. Agricultura Familiar: Uma perspectiva de crescimento e de desenvolvimento em Santana do Livramento/Rs. **A Economia e o Turismo: Observando Novas Realidades**, v.1. 6, 2018.

DA CUNHA, Wellington Alvim; DE FREITAS, Alan Ferreira; SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 3, 2019.

DEIMLING, Moacir Francisco et al.. Agricultura familiar e as relações na comercialização da produção. **Interciência**, v. 40, n. 7, 2015.

DE CAMARGO, Regina Aparecida Leite; BACCARIN, José Giacomo; DA SILVA, Denise Boito Pereira. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, 2013.

DE SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira; BERGAMASCO, Sonia M. Pessoa Pereira. Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o Pronaf nos municípios do circuito das Frutas-SP. **Extensão Rural**, v. 22, n. 1, 2015.

DIAS, Thiago Ferreira; DE OLIVEIRA, Erysson Faustino. Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Mercados Institucionais: uma Análise Exploratória do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE no Rio Grande do Norte. **HOLOS**, v. 5, 2019.

FERREIRA, Ana Beatriz Faccio et al. As distintas formas e estratégias de reprodução social da agricultura familiar brasileira: o caso da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. In: **5º Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica (SICT)**. 2016.

FERRON, Jeferson da Luz et al. Estratégias de reprodução social dos agricultores familiares assentados em Santana do Livramento/RS. 2019. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal do Pampa, MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO, 2019.

FOGUESATTO, Cristian Rogério et al. Fatores relevantes para a tomada de decisão dos jovens no processo de sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 37, n. 130, 2016.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>>. Acesso: 20 abr. 2021.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual " fortalecimento " da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, 2014.

IBGE. **Censo Agropecuário Municipal**. 2017. Disponível em: <<https://mapasinterativos.ibge.gov.br/agrocompara/>> . Acesso em: 25 mar. 2021

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro.; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa**: guia prático – Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LIMA, Antônia Francisca; DE ASSIS SILVA, Edvânia Gomes; DE FREITAS IWATA, Bruna. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, 2019.

LIRA, Bruno Carneiro. O passo a passo do trabalho científico. Petrópolis, RJ: **Voices**, 2014.

MINAYO, Marília Cecília de Souza; GOMES, Romeu; DESLANDES, Sueli Ferreira. Pesquisa Social: **teoria, método e criatividade**. 28 Ed Voices, 2009.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, **Plano safra da agricultura familiar 2020/2021: O florescer de uma nova colheita**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/campanhas/plano-safra>>. Acesso em: 03 de out. 2020.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Compra Institucional**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa/paa-compra-institucional>>. Acesso em: 04 de out 2020.

MIRANDA, Dayana Lilian Rosa e GOMES, Bruno Martins Augusto. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Trajetórias e desafios no Vale do Ribeira, Brasil. **Sociedade & Natureza**, vol.28, n.3, 2016.

PEDRAZA, Dixis Figueroa et al. Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, 2018.

PEREIRA, Josiane; MACHADO, Ednilson Tafernaberry Lencina; TROIAN, Alessandra. A alimentação escolar no Brasil: uma análise da evolução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 9, n. 2, 2017.

QUIJADA, Denis William; CAVICHIOLI, Fabio Alexandre; SOARES, Natália Maria. Influência das políticas públicas na agricultura familiar. **Revista Interface Tecnológica**, v. 17, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://revista.fatectq.edu.br/index.php/interfacetecnologica/article/view/751>>. Acesso em: 28 set. 2020.

RAMBO, José Roberto; TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo; LAFORGA, Gilmar. Agricultura familiar no Brasil, conceito em construção: trajetória de lutas, história pujante. **Revista de Ciências Agroambientais**, v. 14, n. 1, 2016.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Penso Editora, 2016.

TAVARES, Romero. Construindo mapas conceituais. **Ciências & Cognição**, v. 12, 2007.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Estratégias e formas de reprodução social na agricultura familiar da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21, n. 1, 2018.

_____, Alessandra; BREINTENBACH, Raquel. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em Santana do Livramento (RS): Desafios para a Adequação à Lei dos 30%. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v. 25, n. 2, 2020.

_____, Alexandre et al. Desempenho dos municípios do Rio Grande do Sul na execução dos recursos do PNAE com a agricultura familiar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 3, 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatório de Pesquisa em Administração**. 14. **Sao Paulo: Ed. Atlas**, 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Apêndice A – Prefeitura Municipal de Santana do Livramento-RS.

Inicialmente será feito a identificação do entrevistador ao entrevistado e o agradecimento pela atenção dispensada a Universidade Federal do Pampa, por intermédio de seu discente pesquisador. Em seguida será mencionado que as informações prestadas não serão utilizadas para outra finalidade que não seja a construção do artigo acadêmico.

Identificação

1. Nome?
2. Idade?
3. Naturalidade?
4. Estado civil?
5. Área de formação?
6. Especializações?
7. Função desempenhada na prefeitura de Santana do Livramento?
8. Tempo que desempenha a função?

Modo de operacionalização do PNAE no município

9. Quem são os atores envolvidos nas aquisições do PNAE no município?
10. Como são feitas as aquisições com os recursos do PNAE?
11. Qual a periodicidade das chamadas pública para a aquisição de alimentos da agricultura familiar?
12. A divulgação das chamadas públicas consegue atingir a todos os agricultores familiares do município?
13. Aproximadamente, quantos agricultores familiares atuam no município?
14. Quantos participaram da última chamada pública para a aquisição de alimentos da agricultura familiar?
15. As aquisições são feitas diretamente dos agricultores familiares?
16. Como são estipulados os preços a serem pagos pelos produtos da agricultura familiar?
17. Como ocorre o recebimento dos produtos da agricultura familiar?
18. Caso houvesse maior oferta de produtos, haveria condições de aumentar as aquisições?
19. Aproximadamente em qual percentual?
20. Como ocorre o pagamento das aquisições? Dinheiro, cheque, depósito bancário?
21. Os pagamentos são feitos diretamente aos produtores ou as cooperativas ou associações, por exemplo?
22. Os pagamentos são feitos de modo antecipado a entrega dos produtos?
23. Em média, quanto tempo após a entrega dos produtos os pagamentos são efetuados?

Ações de fomento a agricultura familiar no município

24. A prefeitura tem condições de recolher os produtos diretamente nos fornecedores e posteriormente distribuir às escolas?
25. A prefeitura auxilia os agricultores familiares na realização dos trâmites burocráticos necessários para a venda dos produtos?
26. Todas as escolas do município estão aptas a receberem os recursos do PNAE?
27. O município consegue suprir a demanda de gêneros alimentícios destinado a merenda escolar através da agricultura familiar?
28. Os recursos destinados através do PNAE são suficientes para complementar a alimentação escolar?
29. Qual é a importância do PNAE para o município em termos de desburocratização das aquisições?
30. Quais ações o município executa visando melhorar os processos de aquisições de alimentos da agricultura familiar?
31. A LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009 estabelece o seguinte: “Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas”. O município cumpre esse percentual?
32. Porque o município não cumpre o percentual estabelecido por lei?
33. A quais conseqüências o município está exposto por não cumprir a lei?
34. Quais as principais dificuldades encontrados para desenvolver o PNAE no município?
35. Os agricultores familiares demonstram interesse para participar das chamadas públicas?
36. É possível identificar lideranças dentre os agricultores, no sentido de, atualmente ou em um futuro próximo, viabilizar projetos maiores?
37. É possível dizer que o PNAE está proporcionando desenvolvimento às famílias vulneráveis que se dedicam a agricultura?

38. Considerações finais sobre os pontos positivos proporcionado pelas aquisições de alimentos dos agricultores familiares.

39. Considerações finais sobre as principais dificuldades encontradas pela administração municipal para implementar e fomentar as aquisições de alimentos dos agricultores familiares.

APÊNDICE B - Questionamentos aos Agricultores Familiares de Santana do Livramento

Inicialmente será feito a identificação do entrevistador ao entrevistado e mencionado que as informações prestadas não serão utilizadas para outra finalidade que não seja a construção do artigo acadêmico.

Identificação

1. Nome?
2. Idade?
3. Naturalidade?
4. Estado civil?
5. Possui filhos? Quantos?
6. Os filhos freqüentam a escola?
7. Porque não freqüentam a escola?

Identificação do agricultor familiar dentro dos grupos do PRONAF

8. A declaração de Aptidão ao PRONAF divide os agricultores em grupos, conforme abaixo:

Grupo “A”: agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF);

Grupo “B”: agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 23 mil;

Grupo “A/C”: agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que tenham contratado a primeira operação no Grupo “A” e não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo “A/C” e

Grupo “V”: agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 415 mil.

9. Em qual grupo o Sr(a) se enquadra?
10. Tem conhecimento da possibilidade de financiamento para custeio e investimentos na agricultura familiar através do PRONAF?
11. Possui financiamento do PRONAF?
12. Tem dificuldade para pagar o financiamento?
13. Considera que os juros pagos no financiamento são justos, baixos, ou altos para custear a sua atividade?
14. E para realizar investimentos como considera os juros praticados pelo PRONAF?

Identificação da forma de trabalho agricultor familiar

15. Como começou a trabalhar na agricultura?
16. A quanto tempo se dedica a agricultura familiar?
17. Trabalha com sua família nesta atividade?
18. Quantos membros da família lhe auxiliam?
19. Possui colaborador (empregado) contratado?
20. A renda proveniente da agricultura possibilita pagar todos os encargos trabalhistas?

21. Qual a extensão da sua área destinada a agricultura?
22. Quais os produtos que cultiva?
23. Possui condições para diversificar a produção?
24. Participa de algum grupo, associação ou cooperativa de agricultores familiares?

Identificação da forma de comercialização

25. Sua produção é comercializada?
26. Do total que produz quanto é destinado ao consumo da família e quanto é destinado a comercialização, aproximadamente?
27. Como comercializa a produção?
28. Possui facilidade para comercializar a produção?
29. Para a comercialização da produção existe algum tipo de apoio dos órgãos governamentais, Prefeitura, por exemplo?

Identificação dos órgãos públicos que fomentam a agricultura familiar

30. Para desenvolver a agricultura familiar, o senhor (a) tem recebido apoio de quais órgãos públicos:
 - () Prefeitura Municipal
 - () Secretaria Municipal de Educação
 - () Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER),
 - () 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado
 - () 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea
 - () Nenhum
 - () Outros. Citar

Relacionamento do agricultor familiar com o PNAE e PAA

31. Tem conhecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e/ou Programa de Aquisição de Alimento (PAA)?
32. Como o Senhor ficou sabendo do PNAE e/ou (PAA)?
33. Já realizou venda da sua produção através do PNAE e/ou (PAA)?
34. Como foi feito os processos de compra da sua produção?
35. Tem auxílio para a realização dos trâmites burocráticos necessários para a venda dos produtos para as instituições públicas?
36. Para quem é feita a venda de sua produção referente ao PNAE e/ou (PAA)?
37. A venda de sua produção é feita diretamente, ou através de grupo, cooperativa ou associação?
38. Consegue vender toda a sua produção através do PNAE e/ou (PAA)?
39. Caso houvesse maior demanda de produtos, teria condições de aumentar a sua produção?
40. Até quanto?
41. Como é feito a entrega dos produtos?
42. Como recebe o pagamento das vendas efetuadas? Dinheiro, cheque, depósito bancário?
43. Os pagamentos são feitos de modo antecipado a entrega dos produtos?
44. Em média, quanto tempo após a entrega dos produtos o senhor (a) recebe o pagamento?

Identificação das principais dificuldades dos agricultores familiares

45. Qual a sua percepção em relação aos demais agricultores quando falamos da organização da agricultura familiar do município?
46. Quais dificuldades enfrenta para comercializar sua produção através do PNAE e/ou o PAA?
47. Quais dificuldades enfrenta para entregar os produtos comercializados através do PNAE e ou o PAA?
48. O que representa comercializar sua produção através PNAE e/ou PAA para a renda de sua família?
49. Quais pontos positivos pode destacar em relação a comercialização de sua produção através do PNAE e/ou PAA?
50. Caso queira, apresente considerações finais.

APÊNDICE C – Questionamentos à EMATER/RS - Unidade Santana do Livramento-RS

Inicialmente será feito a identificação do entrevistador ao entrevistado e o agradecimento pela atenção dispensada a Universidade Federal do Pampa, por intermédio de seu discente pesquisador. Em seguida será mencionado que as informações prestadas não serão utilizadas para outra finalidade que não seja a construção do artigo acadêmico.

Identificação

1. Nome?
2. Idade?
3. Naturalidade?
4. Estado civil?
5. Área de formação?
6. Especializações?
7. Função desempenhada na EMATER unidade Santana do Livramento?
8. Tempo que desempenha a função?

Modo de operacionalização do PNAE no município

9. Como se dá a atuação da EMATER/RS unidade Santana do Livramento em relação a agricultura familiar ?
10. A EMATER contribui de qual forma para a consecução dos programas PAA e PNAE no município?
11. Quais ações a EMATER/RS têm executado no município para fomentar a agricultura familiar?
12. No ponto de vista da EMATER, quais as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares para participarem dos programas PAA e PNAE no município?
13. No ponto de vista da EMATER, quais as dificuldades enfrentadas pela administração municipal para fomentar os programas PAA e PNAE?
14. Os agricultores familiares demonstram encontrar no PAA e/ou PNAE uma boa oportunidade de melhoria da sua renda?
15. É possível identificar lideranças dentre os agricultores, no sentido de atualmente ou em um futuro próximo viabilizar projetos maiores?
16. Os agricultores, ou, alguns agricultores dependem exclusivamente da EMATER/RS unidade Quaraí para participar do PAA e/ou PNAE?

17. É possível afirmar que os programas PAA e/ou PNAE estão proporcionando desenvolvimento às famílias vulneráveis que se dedicam a agricultura no município?
18. O que seria possível fazer para melhorar a atual situação dos pequenos produtores familiares.
19. Considerações finais sobre os pontos positivos proporcionado pelas aquisições de alimentos dos agricultores familiares através dos programas PAA e/ou PNAE em Santana do Livramento..
20. Considerações finais sobre as principais dificuldades encontradas pelos agricultores familiares que dificultam ou inviabilizam a participação nos programas PNAE e/ou PAA em Santana do Livramento.

APÊNDICE D – Questionamentos ao 7º RC Mec /2ª Bia A A

Inicialmente será feito a identificação do entrevistador ao entrevistado e o agradecimento pela atenção dispensada a Universidade Federal do Pampa, por intermédio de seu discente pesquisador. Em seguida será mencionado que as informações prestadas não serão utilizadas para outra finalidade que não seja a construção do artigo acadêmico.

Identificação

1. Nome?
2. Idade?
3. Naturalidade?
4. Estado civil?
5. Área de formação?
6. Especializações para a função?
7. Função desempenhada na EMATER unidade Santana do Livramento?
8. Tempo que desempenha a função?

Modo de operacionalização do PAA no município

9. A unidade realiza aquisições de alimentos dos agricultores familiares?
- 10 Para a aquisições de alimentos dos agricultores familiares são elaboradas chamadas públicas?
11. Qual a periodicidade das chamadas pública para a aquisição de alimentos da agricultura familiar na unidade?
12. A divulgação das chamadas públicas consegue atingir a todos os agricultores familiares do município?
13. Quantos agricultores familiares participaram da última chamada pública para a aquisição de alimentos da agricultura familiar?
14. As aquisições são feitas diretamente dos agricultores familiares ou são feitas por intermédio de grupos, cooperativa ou associação?
15. Como são estipulados os preços a serem pagos pelos produtos da agricultura familiar?
16. Como ocorre o recebimento dos produtos da agricultura familiar?
17. Caso houvesse maior oferta de produtos, haveria condições de aumentar as aquisições? Aproximadamente em qual percentual?
18. Como ocorre o pagamento das aquisições? Dinheiro, cheque, depósito bancário?
19. Os pagamentos são feitos diretamente aos produtores ou as cooperativas ou associações, por exemplo?

20. Os pagamentos são feitos de modo antecipado a entrega dos produtos?
21. Em média, quanto tempo após a entrega dos produtos os pagamentos são efetuados?

Ações de fomento a agricultura familiar no município

22. A unidade auxilia os agricultores familiares na realização dos trâmites burocráticos necessários para a venda dos produtos?
23. A unidade consegue suprir a demanda de gêneros alimentícios destinado a alimentação dos militares através da agricultura familiar?
24. Qual é a importância do PAA na alimentação do efetivo da unidade?
25. Segundo o Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015, a Administração Pública federal, deverá empregar um percentual mínimo (30%) dos recursos destinados à compra de gêneros alimentícios nas aquisições de produtos de agricultores familiares e suas organizações. A unidade cumpre esse percentual?
26. Porque a unidade não cumpre o percentual estabelecido por lei?
27. A quais conseqüências que a unidade pode sofrer por não cumprir a lei?
28. Quais as principais dificuldades encontrados para implementar o PAA na unidade?
29. Os agricultores familiares demonstram interesse para participar das chamadas públicas?
30. É possível identificar lideranças entre os agricultores, no sentido de, atualmente ou em um futuro próximo, viabilizar projetos maiores?
31. É possível dizer que o PAA está proporcionando desenvolvimento às famílias vulneráveis que se dedicam a agricultura?
32. Considerações finais sobre os pontos positivos proporcionado pelas aquisições de alimentos dos agricultores familiares.
33. Considerações finais sobre as principais dificuldades encontradas pela administração da unidade para implementar e fomentar as aquisições de alimentos dos agricultores familiares.

APÊNDICE E – 19ª Coordenadoria Regional de Educação

Inicialmente será feito a identificação do entrevistador ao entrevistado e o agradecimento pela atenção dispensada a Universidade Federal do Pampa, por intermédio de seu discente pesquisador. Em seguida será mencionado que as informações prestadas não serão utilizadas para outra finalidade que não seja a construção do artigo acadêmico.

Identificação – (Opcional e não será divulgada)

1. Nome?
2. Idade?
3. Naturalidade?
4. Estado civil?
5. Área de formação?
6. Especializações?
7. Função desempenhada na 19ª CRE?
8. Tempo que desempenha a função?

Modo de operacionalização do PNAE no município

9. Quem são os atores estaduais envolvidos nas aquisições através do PNAE no município?

10. Como são feitas as aquisições com os recursos do PNAE?
11. Qual a periodicidade das aquisições e das chamadas pública para aquisição de alimentos da agricultura familiar?
12. A divulgação das chamadas públicas consegue atingir a todos os agricultores familiares de Santana do Livramento?
13. Aproximadamente, quantos agricultores familiares fornecem para as escolas estaduais no município?
14. Quantos participaram da última chamada pública para a aquisição de alimentos da agricultura familiar?
15. As aquisições são feitas diretamente dos agricultores familiares?
16. Como são estipulados os preços a serem pagos pelos produtos da agricultura familiar?
17. Como ocorre o recebimento dos produtos da agricultura familiar?
18. Caso houvesse maior oferta de produtos, haveria condições de aumentar as aquisições?
19. Aproximadamente em qual percentual?
20. Como ocorre o pagamento das aquisições? Dinheiro, cheque, depósito bancário?
21. Os pagamentos são feitos diretamente aos produtores ou as cooperativas ou associações, por exemplo?
22. Os pagamentos são feitos de modo antecipado a entrega dos produtos?
23. Em média, quanto tempo após a entrega dos produtos os pagamentos são efetuados?

Ações de fomento a agricultura familiar no município

24. A 19ª CRE tem condições de recolher os produtos diretamente nos fornecedores e posteriormente distribuir às escolas?
25. A 19ª CRE auxilia os agricultores familiares na realização dos trâmites burocráticos necessários para a venda dos produtos?
26. Todas as escolas estaduais do município estão aptas a receberem os recursos do PNAE?
27. As escolas estaduais através da 19ª CRE conseguem suprir a demanda de gêneros alimentícios destinado a merenda escolar através da agricultura familiar?
28. Os recursos destinados através do PNAE são suficientes para complementar a alimentação escolar?
29. Qual é a importância do PNAE para as escolas estaduais do município em termos de desburocratização das aquisições?
30. Quais ações são desenvolvidas pelo estado visando melhorar os processos de aquisições de alimentos da agricultura familiar?
31. A LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009 estabelece o seguinte: “Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas”. As escolas estaduais do município cumprem esse percentual?
32. Quais fatores influenciam para que as escolas estaduais do município não consigam cumprir o percentual estabelecido por lei?
33. Quais ações podem ser implementadas no curto prazo visando atingir as aquisições de alimentos da agricultura familiar no percentual mínimo de 30%?
34. Quais as principais dificuldades encontradas para desenvolver o PNAE no município do modo previsto em lei?
35. Os agricultores familiares demonstram interesse para participar das chamadas públicas?

36. É possível identificar lideranças dentre os agricultores, no sentido de, atualmente ou em um futuro próximo, viabilizar projetos maiores?
37. É possível dizer que o PNAE está proporcionando desenvolvimento às famílias vulneráveis que se dedicam a agricultura?
38. Considerações finais sobre os pontos positivos proporcionado pelas aquisições de alimentos dos agricultores familiares.
39. Considerações finais sobre as principais dificuldades encontradas pela administração municipal para implementar e fomentar as aquisições de alimentos dos agricultores familiares.

APÊNDICE F – Questionamentos à CONAB

Inicialmente será feito a identificação do entrevistador ao entrevistado e o agradecimento pela atenção dispensada a Universidade Federal do Pampa, por intermédio de seu discente pesquisador. Em seguida será mencionado que as informações prestadas não serão utilizadas para outra finalidade que não seja a construção do artigo acadêmico.

Identificação (OPCIONAL)

1. Nome?
2. Idade?
3. Naturalidade?
4. Estado civil?
5. Área de formação?
6. Função desempenhada na CONAB?
7. Especializações para a função?
8. Tempo que desempenha a função?

Modo de operacionalização do PAA no município

9. A CONAB realiza aquisições de alimentos dos agricultores familiares de Santana do Livramento?
10. Para a aquisições de alimentos dos agricultores familiares são elaboradas chamadas públicas?
11. Qual a periodicidade das chamadas pública para a aquisição de alimentos da agricultura familiar em Santana do Livramento?
12. A divulgação das chamadas públicas consegue atingir a todos os agricultores familiares do município de Santana do Livramento?
13. Quantos agricultores familiares participaram da última chamada pública para a aquisição de alimentos da agricultura familiar?
14. As aquisições são feitas diretamente dos agricultores familiares ou são feitas por intermédio de grupos, cooperativa ou associação?
15. Como são estipulados os preços a serem pagos pelos produtos da agricultura familiar?
16. Como ocorre o recebimento dos produtos da agricultura familiar?
17. Caso houvesse maior oferta de produtos, haveria condições de aumentar as aquisições? Aproximadamente em qual percentual?
18. Os pagamentos são feitos diretamente aos produtores ou as cooperativas ou associações, por exemplo?
19. Em média, quanto tempo após a entrega dos produtos os pagamentos são efetuados?

Ações de fomento a agricultura familiar no município

Principais dificuldades dos gestores públicos para fomentar o PAA em Santana do Livramento

20. A unidade consegue suprir a demanda de gêneros alimentícios através da agricultura familiar no município?
21. Qual é a importância do PAA para a CONAB?
22. Segundo o Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015, a Administração Pública federal, deverá empregar um percentual mínimo (30%) dos recursos destinados à compra de gêneros alimentícios nas aquisições de produtos de agricultores familiares e suas organizações. A unidade cumpre esse percentual?
23. Quais as principais dificuldades encontradas para implementar o PAA em Santana do Livramento?
24. Quais ações a CONAB desenvolve a fim de fomentar a agricultura familiar em Santana do Livramento?
25. É possível dizer que o PAA está proporcionando desenvolvimento às famílias vulneráveis que se dedicam a agricultura familiar?
26. Considerações finais sobre os pontos positivos proporcionado pelas aquisições de alimentos dos agricultores familiares.
27. Considerações finais sobre as principais dificuldades encontradas pela CONAB para implementar e fomentar as aquisições de alimentos dos agricultores familiares.

APÊNDICE G - Questionamentos à Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira (COOPERFORT)

Inicialmente será feito a identificação do entrevistador ao entrevistado e mencionado que as informações prestadas não serão utilizadas para outra finalidade que não seja a construção do artigo acadêmico.

1. A quanto tempo a cooperativa está presente no município? Como surgiu a cooperativa?
2. Quais órgão compraram da agricultura familiar em 2020?(Quarteis, escolas, presídio, hospital, restaurante popular, etc...)
3. Quais produtos são comercializados pela cooperativa?
4. Qual é o perfil dos cooperados, pequenos produtores apenas?
5. Os programas PAA e PNAE podem ser considerados uma boa oportunidade de desenvolvimento da agricultura familiar no município? A cooperativa participa de outros programas?
6. O que os programas PAA e PNAE tem proporcionado para os agricultores do município?
7. O que os programas têm proporcionado para a cooperativa?
8. Existe incentivo por parte dos órgãos público para que a agricultura familiar se desenvolva? Quais órgãos?
9. Quais as principais dificuldades encontradas para a comercialização com esses setores?
10. Quantos agricultores fazem parte da cooperativa?
11. Qual o total aproximado de agricultores no município?
12. Na sua opinião a agricultura familiar tem se apresentado sustentável no ponto de vista da permanência no campo e renovação da mão de obra? Ou é possível afirmar que em sua grande maioria a agricultura familiar é formada de agricultores de idade avançada sem perspectiva de crescimento ou de sucessão por parte de familiares mais jovem?

13. Está ocorrendo o êxodo rural na agricultura familiar? Os agricultores estão optando por outras atividades?
14. Como ocorre a participação dos agricultores familiares nas vendas aos programas PAA e PNAE?
15. Quanto a cooperativa cobra anualmente ou mensalmente de cada produtor ou a cobrança é feita em cima do preço de venda de cada produto?
16. A cooperativa tem condições de diversificar a produção e/ou aumentar a oferta de produtos caso exista maior demanda?
17. A cooperativa cobra de alguma maneira os órgãos públicos para que eles não deixem de executar as chamadas públicas para a aquisição de alimentos através da dispensa de licitação?
18. Quanto ao acesso ao crédito, fale sobre as facilidade e dificuldades da cooperativa? E os agricultores, poderia dizer como estão conseguindo acessar ou não, o crédito?